



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO**

Heloisa Medeiros da Silva

*Universidade Estadual da Paraíba; heloisa.medeiros.18@hotmail.com*

Valdecy Margarida da Silva

*Universidade Estadual da Paraíba; valmargarida@yahoo.com.br*

### **RESUMO**

A Educação de jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino da educação básica brasileira, destinada às pessoas que por algum motivo não conseguiram concluir seus estudos na idade regular. Esses indivíduos, posteriormente, retornam à escola em busca de um ensino de qualidade. Ao longo dos anos foram criadas algumas políticas públicas para alfabetizar esta parcela da população. Entre essas soluções imediatas estão os programas emergenciais, os quais deveriam durar pouco tempo, a EJA surgiu neste cenário. Atualmente, já temos alguns avanços significativos neste campo de ensino. No entanto, a EJA ainda é marcada pelo estigma de ser uma política compensatória, marcada pelo voluntarismo de pessoas que se dispunham a ensinar. Prática que dificultou o desenvolvimento de cursos dedicados à formação de professores específicos para ensinar os jovens e Adultos. Objetiva-se, no presente texto, discutir a formação de professores da EJA como um campo de direitos e relatar uma experiência de Curso de Extensão vivenciada na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), sob a Coordenação da Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva, pesquisadora da área de EJA, lotada no Departamento de Educação.

**Palavras-chave:** EJA, Políticas Públicas, Formação de Professores.



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma das modalidades de ensino da educação básica brasileira destinada às pessoas que por algum motivo não conseguiram concluir seus estudos na idade regular dos sete aos quatorze anos. Esses indivíduos, posteriormente, retornam à escola em busca de um ensino de qualidade. São Jovens e adultos que chegam à sala de aula trazendo suas experiências de vida, muitos vindos de uma rotina pesada de trabalho. Especificidades que necessitam de uma metodologia adequada.

O Brasil possui, ainda hoje, um índice alto de analfabetismo em comparação com outros países da América latina. Pois, “o analfabetismo e os baixos índices de escolarização da população Jovem e adulta popular são um gravíssimo indicador de estarmos longe da garantia universal do direito à educação para todos”(ARROYO, 2007,p.23).

Para mudar esta situação, ao longo dos anos foram criadas algumas políticas públicas para alfabetizar esta parcela da população. Entre essas soluções imediatas estão os programas emergenciais, os quais deveriam durar pouco tempo. A EJA surgiu neste cenário. Infelizmente este caráter de política emergencial gerou uma instabilidade dentro deste campo de ensino, porque o olhar dedicado à EJA sempre foi de uma política compensatória, que atenderia a um grupo de alunos que não conseguiram acompanhar a modalidade regular. Perspectiva totalmente errada, pois a educação é um direito de todos.

Atualmente, já temos alguns avanços significativos, realizados pelas instituições públicas de ensino superior e de empresas privadas que dedicam um olhar diferenciado a EJA. Infelizmente, ainda hoje não temos programas de formação continuada suficiente para os profissionais atuantes nas salas de aula da EJA, nas quais muitas vezes atuam pessoas despreparadas para lidar com as especificidades deste alunado.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Visando contribuir para a reconfiguração da EJA, as universidades públicas criam espaços como os trabalhos de extensão. Espaço que tem por meta disseminar na sociedade o conhecimento científico gerado na academia; integrando a produção acadêmica à vida lá fora. Pois, do que adianta produzir conhecimento se este não for para melhorar a sociedade em que vivemos, tornando-a mais igualitária e humanizada?

Objetiva-se, no presente texto, discutir a formação de professores da EJA como um campo de direitos e relatar uma experiência de Curso de Extensão vivenciada na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no primeiro semestre de 2015, sob a Coordenação da Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva, pesquisadora da área de EJA, lotada no Departamento de Educação. Trata-se de um estudo teórico-conceitual bibliográfico embasado nas pesquisas desenvolvidas por Costa (2010), Albuquerque (2010), Arroyo (2007), dentre outros pesquisadores.

### **A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EJA**

Somos o resultado de uma grande mistura de raças. Uma miscigenação iniciada em 1500 com a chegada dos portugueses no solo que viria a ser o Brasil. Ao chegarem ao “Brasil”, os portugueses se depararam com milhões de índios, os quais possuíam uma cultura totalmente diferente da cultura européia, e por isso os indígenas foram considerados pelos portugueses como criaturas bárbaras, vivendo numa completa desordem. Para catequizar os indígenas, os colonizadores se valeram da língua, primeiramente procuraram aprender a linguagem dos nativos para poderem penetrar no imaginário dos indígenas.

Apresentando-lhes a religião católica, com o passar do tempo muitos outros grupos de pessoas, oriundas de diferentes nacionalidades, chegaram ao território brasileiro, dentre eles: africanos, espanhóis, holandeses, alemães, ingleses, chineses, japoneses etc. Todos esses povos deixaram alguma herança lingüística, uns mais outros menos, heranças que tornaram a língua portuguesa falada no Brasil híbrida. Sendo a língua falada por nós tão mista quanto o sangue que corre em nossas veias.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Foram implantadas algumas medidas visando unificar a Língua Portuguesa em nosso território, a mais famosa implantada pelo Marquês de Pombal proibia o uso de outras línguas além da portuguesa em solo brasileiro. Tornando obrigatório o ensino do português desde então. Pois, é somente às portas do século XVIII que a Língua Portuguesa começa a ser oficialmente falada em território brasileiro e não podemos ignorar o fato de que ela, por tantas vezes, nos pareça tão estrangeira, já que foi como tal que começa a vigorar no Brasil (CALHÁU, 2010, p. 38).

Diante dessa realidade, o que devemos nos questionar é qual o papel da escola neste contexto? Infelizmente, ainda não temos uma escola que abranja todas as diversidades do nosso povo, a pluralidade cultural muitas vezes é ignorada pela escola, a qual tem funcionado ao longo dos séculos mais como um mecanismo de exclusão do que como um espaço em todos tem oportunidade de aprender.

Construída para os filhos da elite, a escola não perdeu essa essência. Segundo Calháu (2010, p. 44), “fomos levados a acreditar que, para nós, a escola não faria falta alguma, bastaria a nossa força de trabalho e um silêncio histórico que nos mantivesse fora das esferas de poder”. Pois, os filhos das classes sociais menos favorecidas deveriam se manter no lugar em que sempre estiveram, subjugados à vontade dos poderosos.

A Escola ainda vê muitos alunos como verdadeiros fracassos. Estes, por diferentes motivos, não conseguem seguir seu percurso na modalidade regular de ensino, abandonam a escola e posteriormente, já em idade avançada, retornam para um ambiente escolar, as salas de aula da Educação de Jovens e Adultos (EJA) sedentos por uma Educação de qualidade. Educação, essa, que necessita de profissionais adequadamente capacitados, preparados para lidar com estes estudantes e suas especificidades.

Apesar de algumas iniciativas precursoras que são avanços significativos no campo da EJA, ainda temos poucas oportunidades de formação acadêmica para os professores de jovens e Adultos. É pouca a atenção dada à EJA no espaço acadêmico. Apenas alguns cursos de pedagogia possuem disciplinas específicas dedicadas à EJA.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

As outras licenciaturas quase que ignoram por completo esta modalidade do ensino básico, não atentando para o fato de que muito dos educadores que estão formando poderão, em algum momento da sua vida profissional, atuar numa sala de aula da EJA.

A falta de atenção para essa realidade deixa os profissionais das licenciaturas desprovidos de conhecimentos a respeito da área da EJA. Talvez uma das causas desse descaso, seja consequência da visão de que a EJA é um campo provisório, uma política emergencial do governo para compensar uma parcela da população. Desse modo, é frequente termos ensinando nas salas de EJA pessoas sem o devido preparo, apenas com o Ensino Médio completo. A falta de formação adequada deixa esses indivíduos despreparados, sem uma metodologia apropriada para além de alfabetizar, letrar estes estudantes.

### **A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO CAMPO DE DIREITOS**

Sempre esteve sobre a EJA o estigma de ser uma atividade provisória, criada para suprir as lacunas deixadas pelo ensino regular, uma parcela de alunos que não concluíram seus estudos na idade “adequada”. Ou seja, a Educação de Jovens e Adultos era uma prática compensatória, marcada pelo voluntariado. Um espaço improvisado, indefinido, sem o apoio do estado ou da sociedade. Atualmente, a EJA está sofrendo uma reconfiguração, a partir das iniciativas de instituições privadas e universidades públicas, que tem dedicado algumas pesquisas à área procurando defini-la.

No entanto, para que isso ocorra, é necessário olharmos para a EJA de maneira diferente da que tem sido aplicada a ela desde a sua formulação. Veremos a EJA não mais como um ensino compensatório, mas, sim, como uma modalidade da educação básica que é direito dos estudantes. Jovens e Adultos, que carecem de um ensino de qualidade, cidadãos cumpridores de seus deveres e que possuem direitos assegurados pela lei. De acordo com Arroyo:

As políticas de educação terão de se aproximar do novo equacionamento que se pretende para as políticas da juventude. A



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

finalidade não poderá ser suprir carências de escolarização, mas garantir direitos específicos de um tempo de vida. Garantir direitos dos sujeitos que os vivenciam. (ARROYO, 2007, p. 21)

Para garantir o direito a educação desta parcela da população brasileira, a EJA precisa ser assumida pelo estado como um direito destes Jovens e Adultos, que desejam retornar a escola e retomar seus estudos. Uma política pública efetiva, que possua uma intencionalidade pedagógica definida com base em informações adquiridas em pesquisas profundas realizadas no campo da EJA, visando definir qual a melhor metodologia a ser aplicada pelos professores da EJA, levando em conta todas as especificidades desse alunado. Ainda, de acordo com Arroyo:

Exige-se, pois, uma intencionalidade política, acadêmica, profissional e pedagógica no sentido de colocar-nos na agenda escolar e docente, de pesquisa, de formação e de formulação de políticas, a necessidade de pensar, idealizar e arquitetar a construção dessa especificidade da EJA no conjunto das políticas públicas e na peculiaridade das políticas. (ARROYO, 2007,p.22)

Para que a EJA seja assumida pelo Estado como um direito, é preciso que ela sofra uma reformulação profunda. A reestruturação da EJA só acontecerá quando o Estado reconhecer que é de sua alçada garantir o direito a educação a estes discentes, formado por pessoas que possuem uma história de vida marcada por dificuldades. Os jovens e adultos que retornam para a sala de aula, desejam aprender a ler e escrever. Principalmente para adquirirem autonomia nas tarefas do dia a dia. De acordo com Albuquerque *et all*:

São desejos relativos: ao direito de agir com autonomia em situações em que a escrita está presente, sem precisar da mediação de outras pessoas; ao direito de ter privacidade, ou seja, de ter acesso a textos sem que outras pessoas também conheçam seus conteúdos; à inserção social, já que os que não sabem ler e escrever são tidos como pessoas menos capazes na nossa sociedade. (ALBUQUERQUE; AMORIM; LEAL, 2010, p.72)



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Como vemos, a responsabilidade da escola para com estes alunos é enorme, pois, eles depositam no espaço escolar muitas expectativas. Principalmente de melhorar suas vidas, ter acesso a cultura e não serem mais discriminados pela condição de analfabetos. Se matriculam na EJA para adquirir novas habilidades, aprender a produzir e compreender diferentes gêneros textuais. Para Albuquerque:

A escola, desse modo, tem um importante papel a cumprir, ao favorecer o acesso a tais tipos de habilidades. É claro que a escola não tem apenas esta função, mas, sem dúvida, a tarefa de ensinar a produzir e compreender textos é complexa e pode favorecer muitas outras aprendizagens e vivências na vida dos jovens e adultos. (ALBUQUERQUE; AMORIM; LEAL, 2010, p.73)

Os estudantes da EJA não podem continuar sendo discriminados por terem dificuldades na aprendizagem, afinal todos nós as temos. Portanto, não são “coitadinhos”, são pessoas protagonistas de seus destinos, sujeitos sociais de um povo marcado pelas desigualdades, na qual muitos tem poucos e poucos tem muito. Um país que, infelizmente, é feito pela elite e para a elite. Estes estudantes, assim como todos os brasileiros, possuem direitos e deveres. Sendo assim, “a história mostra que o direito à educação somente é reconhecido na medida em que vão acontecendo avanços sociais e políticos na legitimação da totalidade dos direitos humanos” (ARROYO, 2007, p. 28).

### **A EXPERIÊNCIA DE UM CURSO DE EXTENSÃO EM EJA**

As universidades são os principais espaços geradores de conhecimento científico em todas as áreas e para disseminar estes conhecimentos na sociedade, procuram desenvolver programas que construam um elo entre o que é produzido dentro dos muros da academia e a vida lá fora. Pois, do que adiantaria produzir conhecimento se este não for para o benefício de toda a sociedade? De nada vale saber de algo se este conhecimento não for compartilhado com os demais.



A extensão é um destes programas universitários desenvolvidos para abrir as portas dos espaços acadêmicos à população. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Art: 43, p. 27), é função do ensino superior promover a extensão, aberta à população visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. Desse modo, está estabelecido pela Lei que é função primordial das universidades elaborar programas que construam um elo entre as mesmas e a população que as cerca.

Visando contribuir para a formação dos professores e técnicos atuantes na EJA do município de Campina Grande/PB, assim como para a formação dos estudantes dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual da Paraíba, a Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva, em conjunto com as colaboradoras Profa. Dra. Elisabete Carlos do Vale e Profa. Dra. Maria José Guerra, vem desenvolvendo o projeto de extensão intitulado “Alfabetização e letramento: contribuições à formação de professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA)”. O referido projeto é fruto de suas pesquisas de doutoramento realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) entre 2009 e 2012.

Em decorrência do Projeto de Extensão da Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva, vem sendo ofertados pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Departamento de Educação, Cursos de Extensão sobre “Alfabetização e Letramento em EJA”. Em março de 2015 foram ofertadas cinquenta vagas que preenchidas rapidamente por um público bem diverso: alunos iniciando sua vida acadêmica nas licenciaturas e professores iniciantes e experientes na Educação de Jovens e Adultos da rede municipal e estadual. Ao chegar no Curso, foi observado que os participantes chegaram com anseios distintos, explicitados em formulário de inscrição respondido por eles. Inicialmente, era de interesse da professora ministrante conhecer as expectativas dos cursistas para que pudesse contemplar, em seu planejamento, os interesses dos participantes. Entre as respostas dadas ao questionário, foram escolhidos dois cursistas para analisarmos as suas expectativas em relação ao Curso, denominados aqui de X e Y.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O cursista X justificou o seu interesse pela extensão da seguinte forma: *“Um tema importante que deve ser discutido na EJA é a questão da Evasão Escolar”*. Como vemos, a vontade desse aluno é discutir os motivos causadores da evasão que como sabemos é algo bem presente na EJA. Pois, muitos estudantes não conseguem conciliar os estudos com a rotina pesada de trabalho que enfrentam todos os dias.

Por sua vez, o que despertou o interesse do aluno Y pelo Curso de Extensão foi o fato de *aprender um pouco mais sobre a introdução da literatura nas aulas de EJA*. Toda sala de aula tem desafios a ser superado pelo professor, sejam conteudísticos, de infraestrutura ou disciplinar. A EJA não é exceção, necessita de organização em todas essas áreas, principalmente de uma metodologia adequada para o trabalho com gêneros textuais e os literários, ensinando tanto língua quanto literatura.

Assim como os alunos X e Y os demais chegaram a nossa extensão com um desejo enorme de compartilhar experiências vividas por eles mesmos ou por colegas e adquirir novos conhecimentos a respeito da temática. A cada encontro são estudadas novas problemáticas a respeito da EJA, discutidas pelo grupo com o auxílio das professoras.

### CONCLUSÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino da educação básica brasileira, que assim como as demais precisa ter a assistência do Estado, o qual deve garantir o direito à educação para todos, o que é assegurado por lei. Porém, infelizmente ainda não temos uma formação inicial e continuada suficiente para os professores que atuam na EJA. Situação que precisa ser urgentemente modificada a partir de políticas públicas efetivas. No presente trabalho procuramos explanar um pouco a respeito da temática, evidenciando alguns pontos centrais da EJA como um campo de direitos e como experiência de extensão integrando o espaço acadêmico à sociedade. Como vimos, não há como falar em direitos sem uma política pública



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

educacional no campo da EJA que dê conta da formação dos professores e da complexidade que envolve essa modalidade de ensino.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Renato Pontes; CALHAU, Socorro. (Orgs). **Existe mesmo uma Educação para o povo?** Rio de Janeiro: Caetés, 2010.

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz; MORAIS, Arthur Gomes de (Orgs.). **Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos teóricos e propostas didáticas.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010

ARROYO, González Miguel. Educação de Jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de; GOMES, Nilma Lino. (Orgs) **Diálogos na educação de Jovens e Adultos.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

OLIVEIRA, Claudia Hochheim. **Qual é o Papel da Extensão Universitária? Algumas Reflexões Acerca da Relação entre Universidade, Políticas Públicas e Sociedade.** UFRGS

Artigo encontrado no endereço:

[http://www.app.com.br/portallapp/imprensa/ldb\\_atualizada.pdf](http://www.app.com.br/portallapp/imprensa/ldb_atualizada.pdf)